

A dramaturgia do telejornalismo como ferramenta para o combate a violência contra a mulher e promoção da equidade de gênero¹

Ariane Carla PEREIRA²

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR

Renata CALEFFI³

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR

Caroline ALBERTINI⁴

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR

RESUMO

A televisão e o telejornalismo são, frequentemente, demonizados e taxados como responsáveis pela geração e proliferação de discursos e de fluxos comunicacionais que corroboram para as políticas – sejam elas econômicas ou sociais – vigentes. Do mesmo modo, quando se fala em contrafluxo de informação o jornalismo para telas é excluído desse processo. Um exemplo disso são as ações educacionais que, na maior parte das vezes, têm como base os produtos impressos ou radiofônicos. Assim, esse paper tem como proposta mostrar que a dramaturgia do telejornalismo pode ser utilizada como base para o exercício educacional e para a promoção de políticas públicas que vão em oposição ao aceito social e culturalmente. Para isso, apresentamos as atividades do projeto de extensão “Florescer: a comunicação na efetivação de políticas públicas para mulheres”, que por meio de oficinas educacionais produz com crianças do terceiro ano do Ensino Fundamental materiais audiovisuais de combate a violência contra a mulher e de promoção da equidade de gêneros.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Telejornalismo; Gênero; políticas públicas; violência contra mulher.

¹ Trabalho apresentado no GP de Telejornalismo do XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalismo, mestre em Letras, doutora em Comunicação e Cultura. Docente do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro (Universidade Estadual do Centro-Oeste). Coordenadora-geral do projeto de extensão “Florescer: a comunicação na efetivação de Políticas públicas para mulheres”. Vice-líder do grupo de pesquisa Conversas Latinas em Comunicação. Membro da Rede TeleJOR. Diretora de Planejamento da Intercom. Email: ariane_carla@uol.com.br

³ Doutora em Políticas Públicas, mestre em Comunicação, jornalista. Professora do curso de Jornalismo da UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa) e do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Campo Real. Coordenadora do projeto de extensão “Florescer: a comunicação na efetivação de políticas públicas para mulheres”. Integrante do grupo de pesquisa Conversas Latinas em Comunicação. E-mail: recaleffi88@gmail.com.

⁴ Jornalista. Bolsista recém-graduada do projeto de extensão “Florescer: a comunicação na efetivação de políticas públicas para mulheres”. Integrante do grupo de pesquisa Conversas Latinas em Comunicação. Email: caruline.albertini@gmail.com.

O cenário de violações contra a mulher

A violência contra a mulher, sob a perspectiva da Organização Mundial da Saúde (OMS), pode ser considerada uma pandemia, isto é, um problema de saúde pública que é resultado de uma grave violação dos direitos humanos. A agência da ONU (Organização das Nações Unidas) realizou uma pesquisa que resultou em estatísticas assustadoras. 50% dos entrevistados (homens e mulheres em igual proporção) não veem problemas na disseminação de piadas machistas. 44% deles afirmam que o papel social mais importante da mulher é o de cuidadora da casa e da família. Em contrapartida, os mesmos entrevistados afirmam que a função essencial do homem na estrutura familiar é ganhar dinheiro, ser o provedor. E 27% - ou seja, um em cada quatro entrevistados – afirmam que o abuso sexual é justificado em determinadas circunstâncias, como quando a mulher está bêbada ou drogada, se convidou o homem para ir até sua casa, ou se está vestindo roupas sugestivas.

No Brasil, não é diferente. Dados do Ministério Público mostram que a cada 11 minutos um feminicídio é cometido e 63% das vítimas são assassinadas dentro das suas próprias casas. Segundo o Mapa da Violência 2015, produzido pelo Instituto Sangari, em média, foram mortas, no país, 4,8 mulheres para cada grupo de 100 mil pessoas do sexo feminino. Essa taxa coloca o Brasil na quinta posição, em ranking da Organização das Nações Unidas (ONU), entre os 83 países que forneceram dados homogêneos relacionados ao assassinato de mulheres, atrás apenas de El Salvador, da Colômbia, da Guatemala e da Federação Russa. Em termos comparativos, o Brasil registra 16 vezes mais homicídios femininos que o Japão, 24 vezes mais que a Irlanda ou a Dinamarca, e 48 vezes mais que o Reino Unido.

O Paraná, por exemplo, estado considerado desenvolvido, com oportunidades razoáveis de escolarização e emprego, registrou um crescimento no número de feminicídios, isto é, o assassinato de mulheres pelo simples fato de serem mulheres, da ordem de 15,1% entre os anos de 2003 e 2013. Em Guarapuava, no ano de 2013 foram registrados 511 boletins de ocorrência de violência contra a mulher pela Polícia Militar. No ano seguinte, esse número caiu para 479 e voltou a aumentar em 2015, quando foram registrados 526 BOs. Já a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para

Mulheres de Guarapuava, criada em março de 2013, atendeu 389 mulheres vítimas de violência em seu primeiro ano de atividades, 608 casos em 2014 e 363 no ano de 2015.

Diante desse cenário de brutalidades, onde a mulher não é respeitada, e mais que isso, é tratada com violência, é evidente que vivemos em uma sociedade desigual, onde há sobreposição e dominação de um gênero sobre o outro, onde a relação entre homem e mulher, por centenas ou milhares de vezes em Guarapuava, no Paraná e no Brasil, foi mediada pela violência. Em meio a tantas relações conflituosas estão as crianças – os filhos e filhas desses casais –, que presenciam a violência e, com o tempo, deixam de percebê-la como uma violação aos direitos humanos da mulher e a enxergam como natural.

Entendendo a violência e a desigualdade de gênero como uma construção social e, portanto, cultural, a proposta do projeto de extensão “Florescer: a comunicação na efetivação de políticas públicas para mulheres” é trabalhar a temática com as crianças, acreditando assim que os discursos machistas e patriarcais são pouco a pouco desconstruídos e as transformações que levarão ao fim da violência e à relações mais iguais ocorrerão no médio e no longo prazo. Nosso objetivo, então, é utilizar a expertise da Jornalismo, e em especial do Jornalismo Audiovisual, para apoiar, educativamente, o enfrentamento à violência contra a mulher e a efetivação de Políticas Públicas para Mulheres em Guarapuava (Paraná).

Para isso, os fluxos comunicacionais em televisão são imprescindíveis, pois auxiliam na transformação social das crianças que participam do projeto, bem como com os integrantes do mesmo. Especificamente, o Florescer atua utilizando a comunicação como ferramentas de promoção dos direitos sociais e da cidadania de mulheres vítimas de violência; na prevenção, em médio e longo prazo, de novos casos de violência a partir da informação, do relato de mulheres vítimas na atualidade, e de oficinas educacionais com crianças da rede municipal de ensino de Guarapuava; apoiando a efetivação de políticas públicas para as mulheres; proporcionando uma formação mais cidadã – na medida em que as crianças envolvidas na ação extensionista compreendem a importância da não distinção e discriminação entre os sexos; e despertando nos recém-formados e estudantes envolvidos no projeto a importância de um exercício do jornalismo numa vertente cidadã.

Este artigo é um relato de experiência do uso das telas e, sobretudo, da produção de materiais audiovisuais pelas crianças dos terceiros anos do Ensino Fundamental das escolas municipais de Guarapuava para a construção de uma nova realidade social mais equitativa. Para além das transformações imediatas e afirmativas em políticas públicas de combate à violência contra a mulher, entendemos que através do audiovisual podemos cumprir com a função social do jornalismo, que vai além do informar, como agente de transformação social.

Florescer: a comunicação na efetivação de políticas públicas para mulheres

O projeto Florescer é uma ação extensionista da Universidade Estadual do Centro-Oeste proposta a partir de demandas da Secretaria Municipal e Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava e da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Guarapuava, como um instrumento de sensibilização da mulher vítima de violência para que a mesma se reconhecesse como tal e buscasse as instâncias de ajuda/apoio no combate à violência contra a mulher. A primeira fase do projeto, portanto, focou na produção, a partir-se de histórias reais – ou seja, de depoimentos de mulheres vítimas de violência –, de materiais que pudessem ajudar as mulheres vítimas de violência a buscarem apoio. Ou seja, o Florescer tinha como objetivo a produção de conteúdos telejornalísticos sobre a temática a fim de incitar ou, minimamente, despertar a possibilidade de, no longo prazo, uma transformação social em relação à violência doméstica. Essas possibilidades foram ancoradas em teorias do telejornalismo, como a dramaturgia da narrativa televisiva proposta por Coutinho (2012). Essa primeira fase foi tema de artigo apresentado no 41º Intercom (2018) e apontava a narrativa jornalística para telas como arma, um *locus* de resistência a comportamentos socialmente aceitos, tal como hoje configuram-se ainda o sexismo, o machismo e o patriarcado.

Seguindo as mesmas premissas, o projeto Florescer continua suas atividades em uma nova frente. Desta vez, com a realização de oficinas visando a promoção dos conceitos de equidade e de igualdade de gênero com os alunos dos terceiros anos das escolas municipais de Guarapuava. Estas têm como proposta, ao final, a produção de materiais audiovisuais pelas crianças que versem o que pensam e sentem em relação à violência contra a mulher. Trabalho que tem potencial para gerar uma espécie de

protocolo a ser adotado por outros municípios e/ou estados e, ainda, ser transformado numa política pública de combate a violência contra a mulher.

Em cada turma, são realizadas cinco oficinas lúdicas, tendo como base os conceitos da Educomunicação e do Jornalismo Audiovisual, com o intuito de promover uma cidade com mais equidade entre gêneros. A escolha em trabalhar com crianças da rede municipal de ensino se deu pela crença de que é possível promover uma formação cidadã e que esta, ao não permitir a naturalização de comportamentos machistas e violentos, corroborará para mudança social, a partir da transformação das crenças culturais do que é ser homem, do que é ser mulher e do que é ser um casal. O trabalho é realizado na escola porque é nesse ambiente que são tensionados vários tipos de conhecimentos, de modo compartilhado. Parte-se, então, do princípio que as crianças são agentes ativos, capazes de participar da tomada de decisão e, assim, podem auxiliar desde já na mudança social. Assim sendo, o projeto se torna uma política de curto, médio e longo prazo ao mesmo tempo.

Soares (2002, p. 115) destaca que a educomunicação pode ser considerada como um conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais e virtuais, a fim de relacionar o uso da comunicação no aprendizado. Especificamente a partir dos anos 2000, a teoria também se funda na possibilidade de atuar na consolidação de direitos dos cidadãos que participam do processo educacional. A teoria aponta, então, que é possível estabelecer interfaces entre a comunicação e a educação, seja em ambientes educacionais ou então na gestão democrática e participativa da comunicação.

O projeto de extensão “Florescer: a comunicação na efetivação de políticas públicas para mulheres” se divide em cinco etapas. A primeira delas é uma oficina lúdica que aborda o Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos e deveres previstos para o Estado (governo), pais, mães e crianças. Temática trabalhada ao ar livre, através de uma espécie de jogo de tabuleiro em que os conteúdos são apresentados e discutidos a partir das cartas-pergunta. As casas são bambolês e as peças são as próprias crianças.



Imagem 01 - Oficina Florescer 1: ECA



Oficina 1 realizada na Escola Municipal Hipólita Nunes de Oliveira, em abril de 2019

O lúdico é condição para o aprendizado pelas crianças, pois, conforme explicam Salgado, Pereira, Jobin e Souza, este é um campo social “aberto à realização de histórias, brincadeiras e jogos, em que as crianças estão construindo conhecimentos, valores e identidades a partir de constantes diálogos com a cultura midiática global” (2006, p. 165). São construídos nesses espaços amplas possibilidades e inúmeros repertórios imaginativos para a realização de trocas simbólicas e efetivação de construções sociais que ajudam na transformação cultural das crianças participantes do projeto. Conhecer seus direitos e seus deveres é o primeiro passo para o respeito e a equidade de gênero.

A segunda oficina tem como tema a Lei Maria da Penha. Porém, antes de chegar aos cinco tipos de violência contra a mulher previstos pela legislação, as crianças são levadas a pensar nos pré-construídos que cercam o ser mulher e o ser homem, a partir de brinquedos e brincadeiras considerados de meninas ou de meninos. Sempre tendo o lúdico como foco, os debates permitem a diferenciação dos conceitos de igualdade e de equidade, assim possibilitando discutir também que a equidade precisa ser construída socialmente e que, para isso, são necessárias políticas públicas, como a Lei Maria da Penha.

Há uma relação lógica e linear entre a primeira e a segunda oficina. Enquanto a primeira está no ambiente externo do ensino regular, a segunda é realizada em sala de aula, permitindo a entrada das integrantes do projeto no ambiente mais familiar dos

alunos. Nessa troca de experiências há uma segunda possibilidade de aproximação e reflexão social, fundamentais no processo de mídia-educação.

Imagem 02. Oficina Florescer 2: Igualdade, Equidade, Lei Maria da Penha



Oficina 02 realizada na Escola Municipal Dalila Teixeira, em maio de 2019

Na semana seguinte, é realizada a oficina três, em que procuramos mostrar como é possível as pessoas se expressarem através de produtos comunicacionais e iniciamos o planejamento dos produtos que serão produzidos pelas crianças nas duas semanas seguintes, durante as oficinas quatro e cinco. Essa atitude de falar, ouvir, interagir e compreender suas emoções possibilita a emancipação e o empoderamento das crianças. Barbosa enfatiza que “compreender como vivem e pensam as crianças, entender suas culturas, seus modos de ver, de sentir e de agir, e escutar seus gostos ou preferências é uma das formas de poder compreendê-las como grupo humano” (2007, p. 1066). A autora cita ainda que essas atividades sociais proporcionadas pela interação ajudam a criar e constituir as identidades pessoais e sociais – tal como o objetivo proposto pelo Florescer.

Imagem 03. Oficina Florescer 3: Educomunicação



Oficina 03 realizada na Escola Municipal Hipólita Nunes de Oliveira, em abril de 2019

A apropriação dos meios de comunicação para a sua expressão é fundamental no contexto da comunicação e da educação. Assim sendo, as oficinas 4 e 5 são as que aproximam as telas das crianças. Tapscott (2010) afirma que a geração atual tem possibilidades distintas das crianças das décadas anteriores, incluindo a liberdade de escolha, tendência para customização, postura investigativa, valorização do lúdico e do entretenimento também no trabalho, atitude de colaboração e culto aos relacionamentos, exigência de velocidade e rapidez nas respostas e busca da inovação. Essas características são observadas nas escolhas dos produtos por elas estabelecidas durante as oficinas, quase sempre relacionadas a produtos audiovisuais – com base na disseminação de informações pelas ferramentas do jornalismo – disseminadas por canais de televisão e pela plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube.

A oficina possibilita a transformação do aluno em protagonista da sua própria experiência. Acreditamos que ao romper o silêncio, as crianças percebem que estão prontas para dialogar, interagir, comunicar e questionar atitudes machistas presentes no seu cotidiano – como as críticas à refeição preparada pela mãe, o uso do salário da mãe pelo pai para comprar drogas lícitas e ilícitas, e a violência física. Essa troca é possibilitada pela emancipação comunicacional e compreensão de toda essa conjuntura trabalhada pelo projeto, que inclui a demonstração de direitos e deveres e chega na sua apropriação como sujeito autor do processo.

Literacia de mídia, dramaturgia do telejornalismo e produções infantis

O emponderamento dos cidadãos por meio da Alfabetização Midiática e Informacional – AMI no português e MIL no inglês (Media and Information Literacy) – é, segundo a Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), um ponto central para a efetiva liberdade de expressão. Afinal, significa o reconhecimento do “papel fundamental da informação e da mídia no nosso dia a dia”. Assim, a alfabetização informacional e/ou midiática é considerada um direito humano fundamental e, portanto, uma “forma efetiva para atingir seus objetivos (das pessoas) pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais”. Para isso, ela deve permitir e capacitar os sujeitos a envolverem-se com a mídia para se expressar a partir da produção de conteúdos.

É essa, então, a proposta do projeto Florescer ao finalizar suas ações nas escolas com a produção, pelas crianças, de materiais comunicacionais. Ao manipular os equipamentos – microfones e câmeras, por exemplo – e expressar o que sentem a partir das informações que receberam sobre o que é equidade, igualdade e violência contra a mulher, elas exercer sua cidadania na medida em que reconhecem o problema e as diferenças entre homens e mulheres no seu dia a dia e, principalmente, se fortalecem ao externalizar suas vivências de desigualdade e a compreensão de que comportamentos que subjulgam a mulher não são nem naturais, nem normais.

Datado de 2007, o estudo “La competencia en comunicación audiovisual”, de Joan Ferrés, é considerado um marco nas pesquisas sobre literacia de mídia. Afinal, definiu indicadores para a mensuração da competência midiática. Conceitos que foram a base para que, cinco anos mais tarde, Ferrés em parceria com Alejandro Piscitelli, fossem estabelecidas seis dimensões para a alfabetização midiática: linguagens, tecnologia, processos de interação, processos de produção e difusão, ideologia e valores, e estética.

Os mesmos parâmetros, com outras designações, também são constituintes das possibilidades de construção de narrativas jornalísticas para telas que Coutinho (2012) denominou de “dramaturgia do telejornalismo”. Afinal, segundo a pesquisadora, “o noticiário de televisão é espaço para que experimentemos os pequenos e os grandes dilemas cotidianos, emoções de anônimos e autoridades, editados segundo uma série de

características que as aproxima das narrativas de ficção, do terreno da (tele)dramaturgia” (COUTINHO, 2012, p.2).

A narrativa jornalística televisiva, assim, pode se compreendida como uma construção textual que valoriza a estrutura e os elementos dramáticos encadeados e valorizados por meio da edição (tele)jornalística (Coutinho, 2012, p. 106). Assim, “reconhecer o papel ou a função da televisão como narradora ou contadora de estórias do cotidiano seria uma forma de estabelecer contextos mais aprofundados, como por exemplo, avaliar a televisão como um sistema ou instituição de consenso narrativo” (COUTINHO, 2010).

Afinal, mesmo que a televisão e os telejornais já não gozem do status a eles conferidos há menos de uma década, seus modos de narrar continuam tendo centralidade nas maneiras de se contar e se ter acesso à estórias através de outras telas, como a dos computadores, tablets e celulares, a partir de sites de compartilhamento de vídeos (a exemplo do YouTube) ou das redes sociais (tais como WhatzApp, FaceBook e Instagram), que seguem reproduzindo seus modos de fazer. Dessa forma, o telejornalismo é um texto universal na medida em que é socialmente compreendido. Exemplo disso são as opções feitas pelas crianças ao terem a oportunidade de produção de materiais educacionais – primeiro, a escolha pelo audiovisual, segundo eleição por reproduzir formatos do jornalismo para as telas – como os telejornais (imagens 04, 05 e 06) e os vlogs.

Imagem 04. Oficina Florescer 4: produção de materiais educacionais



Telejornal como opção de produção durante Oficina 04 por alunos da Escola Municipal Luiza Pawlina do Amaral, em novembro de 2018

Imagem 05. Oficina Florescer 4: produção de materiais educomunicativos



Telejornal como opção de produção durante Oficina 04 por alunos da Escola Municipal Luiza Pawlina do Amaral, em novembro de 2018

Imagem 06. Oficina Florescer 4: produção de materiais educomunicativos



Telejornal como opção de produção durante Oficina 04 por alunos da Escola Municipal Luiza Pawlina do Amaral, em novembro de 2018

Última etapa: as produções na tela do cinema da universidade

Quando pensamos em espaços de formação social para alunos, é preciso também destacar ambientes fora da cultura escolar. Temos que proporcionar as crianças oportunidades novas e também outros modos de socialização a fim de compreender as diferenças da cultura escolar e da cultura familiar a que elas estão habituadas. “O conceito de trãnsfuga de classe mostra exatamente os conflitos de um sujeito que é socializado em um grupo e, principalmente por formação escolar, tem acesso a outros grupos sociais, econômicos e culturais” (BARBOSA, 2007, p. 1071). Como

encerramento do processo de construção social, assim, há a última etapa do projeto, que prevê um dia de exibição dos materiais para as crianças no Cinema da Unicentro, seguido por um lanche e confraternização. Esta é uma etapa também importante, pois promove o contrafluxo já que pela primeira vez, ao longo do processo, as crianças saem do ambiente escolar e emergem no ambiente acadêmico, que é mais familiar às extensionistas. No cinema, eles se reconhecem como autores das histórias que contaram e, principalmente, das duas próprias histórias, podendo transformar a realidade em que vivem, muitas vezes, permeada por violência contra a mulher, que vão do campo simbólico ao físico.

Imagem 07. Ida à Universidade



Alunos da Escola Municipal Hipólita Nunes de Oliveira no cinema da Unicentro, em junho de 2019, para assistir a suas produções.

Considerações Finais

Até o momento, as oficinas do projeto “Florescer: a comunicação na efetivação de políticas públicas para mulheres” foram realizadas em três escolas municipais de Guarapuava – Luiza Pawlina do Amaral, Hypólita Nunes Oliveira e Dalila H. Teixeira – contemplando, em cada uma, as duas turmas de terceiro ano do Ensino Fundamental, totalizando mais de 150 crianças.

A avaliação do projeto é realizada conjuntamente com as Secretarias Municipais de Políticas Públicas para Mulheres – que tem assistentes sociais acompanhando as atividades para o apoio às crianças – e de Educação – através do retorno das professoras, coordenadoras pedagógicas e das diretoras. Numa das turmas da Escola Municipal Hypólita Nunes Oliveira, por exemplo, mais de 50% das crianças relataram



casos de violência envolvendo os pais e aproximadamente 75% disseram conhecer alguma mulher que é vítima. O olhar não-naturalizado para o tema – além do sofrimento provocado pela violência – pode ser percebido nos pedidos de ajuda para as assistentes sociais, quando essas dizem que podem visitar as famílias.

A importância da temática abordada pelo projeto tem chamado a atenção dos meios de comunicação que, sistematicamente, têm realizado cobertura jornalística sobre o projeto Florescer. Para além disso, o projeto, hoje, tem assento e poder de voto na Rede Municipal de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e no Conselho Municipal da Mulher. Os resultados das ações extensionistas têm sido mostrados em audiências públicas e também apresentados a gestores e entes políticos do estado, de modo a possibilitar que o mesmo seja transformado em política pública, tendo como base legal a própria Lei Maria da Penha, que prevê em seu texto ações de prevenção e educativas nas escolas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carolina Carmem Silva. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1059-1083, out. 2007.

BRASIL. **Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340, 07 de agosto de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso 13 de junho de 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Mapa da violência contra a mulher 2018.** Brasília: 2018. Disponível em <https://sintelpol.org.br/wp-content/arquivos/Mapa-da-Violencia-pagina-cmulher-ilovepdf-compressed.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2019.

COUTINHO, Iluska. *A dramaturgia do telejornalismo: a narrativa da informação em rede e nas emissoras e nas emissoras de Juiz de Fora-MG.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, 247p.

_____. O modelo americano de telejornalismo e sua influência na TV brasileira. *Anais Intercom 2010.* Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0189-2.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2019.

FERRES, Joan. La competencia en comunicación audiovisual. **Comunicar**, 2007, n.29, p.100-107.



_____; PISCITELLI, Alejandro. La competencia mediática: propuesta articulada de dimensiones e indicadores. **Comunicar**, 2012, n.38, p.75-82.

ONU MULHERES. **Diretrizes nacionais feminicídios – Investigar, processo e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília: 2016. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf. Acesso em 13 de junho de 2019.

PEREIRA, Ariane. Florescer: o telejornalismo como ferramenta para o combate à violência contra a mulher. *Anais Intercom 2018*. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0150-1.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2019.

SALGADO, R. G. ; PEREIRA, R. M. R. ; JOBIN e SOUZA, S. Da recepção à produção de mídia: as crianças, a cultura e a educação. In: **Revista Alceu**, v. 7, nº13, p. 165-181, jul./dez.2006.

SENADO FEDERAL. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2019.

SOARES, I. de O. Metodologias da Educação para Comunicação e Gestão Comunicativa no Brasil e na América Latina. In: BACCEGA, M. A. (Org.). **Gestão de Processos Comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2002.

TAPSCOTT, D. **A hora da geração digital**. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.

UNESCO. **Alfabetização midiática e informacional no Brasil**. Disponível em www.unesco.org/new/pt/brasilia/communication.../media-and-information-literacy/. Acesso em 30 de junho de 2019.